



Rede Lusófona  
pelo Direito  
à Educação

# GUIA 3

# Produção de

# Relatórios

# 2024

## Realização



redelusofona.org

## Comitê Gestor

Brasil | Campanha Brasileira pelo Direito à Educação

Cabo Verde | Rede Nacional da Campanha Educação Para Todos de Cabo Verde

Moçambique | Movimento de Educação para Todos de Moçambique

## Organização, edição e redação

Andressa Pellanda, Helena Rodrigues e Marcele Frossard

## Comunicação e design

Renan Simão e Leticia Uyetaqui

## Rede Lusófona pelo Direito à Educação

Angola | Associação de Actores Sociais: Chave do Saber Angola (Rede de Educação de Angola)

Sebastiana Martins

Carlos Cambuta

Marcelina Tchimbandjela

Victor Barbosa

Brasil | Campanha Brasileira pelo Direito à Educação

Andressa Pellanda

Helena Rodrigues

Marcele Frossard

Cabo Verde | Rede Nacional da Campanha Educação Para Todos de Cabo Verde

Abraão Borges

Albertino Delgado

Guiné-Bissau | Rede de Campanha Educação para Todos de Guiné-Bissau

Miguel Campos Sá

Vençã Mendes

Moçambique | Movimento de Educação para Todos de Moçambique

Isabel Francisco da Silva

Sumeia Cassimo

Portugal | Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Rui da Silva

Ana Poças

Andreia Soares

Sara Poças

Julio Santos

São Tomé e Príncipe | Federação das ONGs de São Tomé e Príncipe

Eduardo Elba

Timor Leste | Parceria de Educação da Sociedade Civil / Civil Society Education Partnership

Francisco de Araujo

José de Jesus

## Apoio

**EDUCATION OUTLOUD**  
advocacy & social accountability

**GPE** Transforming  
Education

## SOBRE A RELUS

A Rede Lusófona pelo Direito à Educação é uma coalizão internacional da sociedade civil, que reúne coalizões e organizações nacionais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Estamos, portanto, em 4 continentes: África, Américas, Ásia e Europa.

Desde novembro de 2010, a Campanha Brasileira pelo Direito à Educação trabalhou para implementar um Programa de Cooperação Sul-Sul para Países Lusófonos (PCSS-Lusófonos). Este programa levou à criação, em 2016, da Rede Lusófona do Direito à Educação (ReLus).

O principal objetivo do programa de cooperação era apoiar o desenvolvimento de estratégias das sociedades civis nacionais para envolver os governos no desenvolvimento, reforma e expansão de políticas e disposições educacionais que garantam o direito à uma educação de qualidade.



A proposta de um projeto de cooperação entre a educação nacional dos países lusófonos surgiu em 2007 e, a partir de sua formalização em 2010, a Campanha Brasileira discutiu o formato com cada uma das redes nacionais da sociedade civil sobre Educação para Todos (Education for All - EFA) em todos os países envolvidos no

programa. A Campanha liderou a representação de membros de língua portuguesa da Campanha Global pela Educação (GCE) desde 2008 e defendeu desde então a participação crescente e mais qualificada desses países nesse grupo. Essa defesa ganhou corpo nas coalizões dos demais países de língua portuguesa e hoje nos constituímos em rede.

As atividades realizadas desde 2010 permitiram maior contato entre as coalizões nacionais, aprofundando o conhecimento de cada uma das redes e de seus membros, bem como o contexto político de cada país e o grau de envolvimento da sociedade civil em processos políticos relacionados à educação.

A força crescente da rede lusófona também foi reconhecida pela ANCEFA (Campanha da Rede África Educação para Todos), uma rede regional da GCE que, em 2012, nomeou um membro da equipe para se concentrar no fortalecimento de seu relacionamento com os países lusófonos.

O isolamento linguístico e geográfico dos países lusófonos não é mais visto como os principais desafios da Rede Lusófona pelo Direito à Educação, apesar de ser um dos ingredientes que determina seu isolamento nos círculos das políticas educacionais regionais e internacionais.

Um dos dois principais desafios da Rede agora é garantir que essa rede incipiente seja fortalecida, desenvolvendo ações para agilizar o intercâmbio de experiências entre as coalizões lusófonas e encontrando sinergias entre os interesses nacionais e a esfera internacional, garantindo que a voz das comunidades de língua portuguesa serão representadas nos debates e nos processos de decisão política sobre políticas educacionais.

## SUMÁRIO

Apresentação.....	6
Como Monitorar Projetos e Produzir Relatórios.....	6
Como Fazer na Prática?.....	9
Comece traçando o Marco Zero ou Linha de Base.....	9
Defina quais os indicadores mais relevantes.....	9
Definição de Indicadores SMART.....	9
Colete e registre os dados periodicamente.....	11
Fontes de Verificação.....	12
Relatórios narrativos.....	14

# Apresentação

---

*Recomendações e experiências do Brasil.*

As avaliações de projetos solicitadas pelos financiadores geralmente seguem duas abordagens distintas: avaliações intermediárias e avaliações finais. Ambas compartilham perguntas essenciais para compreender o alcance e os benefícios do projeto, tais como:

- O projeto alcançou com êxito seus resultados, objetivos e impacto desejado?
- Ele demonstrou relevância, eficácia e eficiência?
- Existe potencial de sustentabilidade em suas operações e impacto?

As avaliações intermediárias apresentam a vantagem de abordar muitas das mesmas perguntas levantadas nas avaliações finais, além de proporcionar oportunidades para sugestões que visam aprimorar a eficiência e o impacto do projeto enquanto as atividades estão em curso, possibilitando um redirecionamento nas ações enquanto é tempo e uma previsão do que pode dar errado, já sinalizando limitações, desafios e riscos fora do alcance da organização, com a oportunidade de mitigação.

Por sua vez, as avaliações finais e, na medida do possível, também as intermediárias, devem conter uma análise do impacto do projeto. Técnicas de monitoramento são essenciais para uma análise crítica, facilitando a identificação dos pontos bem-sucedidos e das áreas que necessitam de melhorias. A qualidade dos dados e das fontes de verificação do projeto também são cruciais.

# Como Monitorar Projetos e Produzir Relatórios

---

O monitoramento de projetos é fundamental por várias razões, que contribuem para o sucesso e para a eficácia do nosso trabalho. Aqui estão algumas razões importantes:

**Avaliação do Progresso:** Monitorar e avaliar um projeto permite verificar se ele está progredindo conforme o planejado. Isso ajuda a identificar eventuais desvios, atrasos ou problemas, permitindo a implementação de correções antes que se tornem maiores.

**Tomada de Decisões Informadas:** O monitoramento fornece dados sobre o desempenho do projeto. Isso capacita os gestores a tomar decisões informadas, ajustando estratégias, realocando recursos ou revisando metas conforme necessário.

**Eficiência na Utilização de Recursos:** A avaliação contínua ajuda a garantir que os recursos, sejam eles financeiros, humanos ou materiais, sejam utilizados de maneira eficiente. Identificar áreas de desperdício ou subutilização de recursos pode levar a ajustes que melhoram a eficiência e o alcance do projeto.

**Atendimento aos Objetivos:** Avaliar o progresso em relação aos objetivos estabelecidos permite que a equipe saiba se está no caminho certo para atingir suas metas. Se necessário, pode-se ajustar estratégias para garantir o cumprimento dos objetivos finais.

**Aprendizado e Melhoria Contínuos:** A avaliação proporciona oportunidades para aprendizado contínuo. Identificar o que funcionou bem e o que não funcionou ajuda a acumular conhecimento valioso para futuros projetos, permitindo melhorias contínuas nos processos e abordagens.

**Adaptação a Mudanças:** Em um ambiente dinâmico, é crucial que os projetos possam se adaptar a mudanças. A avaliação constante fornece informações

necessárias para ajustar estratégias e abordagens conforme a evolução do contexto.

**Responsabilidade e Prestação de Contas:** O monitoramento é essencial para a prestação de contas. Isso envolve a responsabilidade em relação aos financiadores, sociedade e à própria equipe do projeto. Demonstrar resultados e progresso aumenta a credibilidade do projeto e, para produzir relatórios completos, é necessário monitorar continuamente um projeto durante sua execução.

Portanto, o monitoramento contínuo não apenas contribui para garantir o sucesso de um projeto específico, mas também contribui para o desenvolvimento de práticas melhores e mais eficazes na gestão de projetos em geral. A produção de relatórios intermediários e finais depende em grande parte da eficiência com que o monitoramento é feito, pois são os dados produzidos durante esse acompanhamento que representarão as informações precisas utilizadas na prestação de contas, impedindo que dados sejam negligenciados ou mal reportados.

# Como Fazer na Prática?

---

## **Comece traçando o Marco Zero ou Linha de Base**

O marco zero é um registro inicial com todas as informações essenciais que precisam ser acompanhadas ao longo de todas as fases do projeto. Ele determina o estado das coisas antes do projeto começar e ajuda a identificar quais mudanças aconteceram graças ao projeto. Também é importante porque permite que façamos o acompanhamento da implementação do projeto.

Esse registro deve ter todos os dados necessários para entender quem é o público-alvo do projeto, a situação em que se encontram, o contexto e as informações sobre os indicadores de impacto. É importante evitar coletar informações que não tenham um propósito claro para o projeto, pois isso pode dificultar o armazenamento dos dados e desviar o foco das informações realmente importantes.

## **Defina quais os indicadores mais relevantes**

Um indicador é como uma ferramenta que usamos para medir e descrever as mudanças. Para que ele funcione, precisa ter um ponto de partida, chamado de parâmetro, que é uma medida do desempenho atual, e uma comparação. Esses parâmetros são definidos no início do projeto e compõem a linha de base.

Durante o projeto, avaliamos o desempenho em relação a uma meta, que são as melhorias ou mudanças esperadas. Os indicadores nos ajudam a entender até que ponto o projeto está alcançando seus resultados e impactos. Eles fornecem informações claras e mensuráveis sobre o desempenho em cada nível de mudança, ajudando a evitar declarações vagas sobre o que esperar do projeto.

## **Definição de Indicadores SMART**

Existe uma metodologia internacional para o desenvolvimento de indicadores, que é o critério SMART.

SMART é um acrônimo para o seguinte:

- **Specific** (Específico) – Os indicadores devem ser quantificáveis e mensuráveis, indicando o que o projeto pretende mudar. Para isso, os indicadores fornecem parâmetros detalhados em relação a:
  - Quantidade – as representações numéricas esperadas do que deve ser alcançado;
  - Qualidade – a narrativa ou descrição ilustrativa dos resultados esperados;
  - Local – o limite geográfico das realizações esperadas.
- **Measurable** (Mensurável) – Os indicadores devem ser quantificáveis e mensuráveis que significa que o indicador pode ser avaliado objetiva e independentemente.
- **Achievable** (Alcançável) – Os indicadores devem ser alcançáveis dentro dos limites do triângulo do projeto (orçamento/recursos, tempo/orçamento, escopo/qualidade e função que a organização desempenha diante daqueles objetivos).
- **Relevant** (Relevante) – Os indicadores devem medir precisamente a mudança que o projeto aspira gerar. Ou seja, o indicador mede de forma prática e sintética o que a equipe do projeto precisa saber.
- **Time-bound** (Limitado pelo tempo) – O indicador deve identificar um momento ou data específica. Isso é importante para identificar se as metas podem ser alcançadas dentro do prazo estabelecido.

Indicadores são medidas que avaliam o alcance de resultados, objetivos e impactos de um projeto. Eles proporcionam comunicação clara e mensurável sobre o desempenho em cada nível de mudança, eliminando ambiguidades. No monitoramento e na prestação de contas de projetos, monitorar indicadores é essencial, pois eles apoiam em diversos aspectos:

- Verificar regularmente o progresso de uma atividade;
- Avaliar o quão próxima uma atividade está de atingir seus objetivos;
- Analisar indicadores que revelem a eficácia e correção de uma ação;
- Avaliar a implementação bem-sucedida de um plano estratégico;
- Fornecer dados para ajustes e correções ao longo do caminho, praticando uma gestão adaptativa;

- Oferecer informações conclusivas na avaliação final sobre o alcance da mudança social proposta na Teoria da Mudança.

### Colete e registre os dados periodicamente

A abordagem para a coleta de dados dos indicadores é influenciada por diversos critérios, sendo crucial iniciar esse processo desde o início do projeto. Essa prática reduz consistentemente a probabilidade de negligenciar a coleta e análise de dados de alguma parte do projeto. Há diferentes tipos de dados coletados, e para cada categoria, existem pelo menos duas classificações possíveis. Dependendo do tipo de dado, os métodos de coleta, leitura e análise variam. São eles:

**Dados secundários** - Informações disponíveis através de fontes publicadas e inéditas, incluindo revisões de literatura, pesquisas, avaliações, análises, relatórios de ONGs, agências das Nações Unidas, organizações internacionais e agências governamentais. Os dados secundários podem ser muito rentáveis e devem ser as primeiras fontes acessadas para dados de avaliação. Infelizmente, o acesso a documentos secundários geralmente é limitado e é necessário ter cuidado na interpretação dos dados secundários. Às vezes, a coleta de dados primários seletivos será necessária para verificar a confiabilidade e relevância dos dados secundários para o contexto específico, ou para obter informações mais profundas e mais específicas.

**Dados quantitativos primários** - Nas situações em que as fontes secundárias não fornecem informações suficientes sobre a avaliação, as organizações podem coletar dados através de abordagens de avaliação quantitativa (inquéritos, questionários, testes, instrumentos de observação padronizados) que se concentrem em informações que podem ser contadas e submetidas à análise estatística. Os dados quantitativos são mais úteis para a classificação de recursos, buscando medidas precisas, analisando os conceitos-alvo, e explicando o que tem sido observado. As deficiências são que os dados quantitativos, por vezes, perdem a profundidade da situação e não capturam informações contextuais essenciais.

**Dados qualitativos primários** - Ao contrário da abordagem quantitativa de dados, abordagens qualitativas buscam captar a experiência dos participantes com palavras, imagens e objetos (e até mesmo dicas não verbais fornecidas por provedores de dados). Os dados qualitativos consistem de descrições detalhadas de situações, conversas com grupos focais, entrevistas, comportamentos observados e as citações diretas de pessoas sobre suas experiências, atitudes e crenças. Os dados qualitativos são mais frequentemente coletados como uma narrativa aberta, ao contrário do típico formato de pergunta e resposta de inquéritos, questionários ou testes. Embora os métodos qualitativos gerem dados "mais ricos", os processos de coleta e análise podem ser mais demorados, e é menos fácil de generalizar os resultados para uma população.

#### Ferramentas para avaliação

Dados secundários	Dados qualitativos primários	Dados quantitativos primários
Revisão de leitura Revisão de registros	Brainstorming Diagramas de afinidade Grupos focais Avaliação participativa rural Mapeamento mental Técnicas nominais Narrativas históricas Linha do tempo Círculos de autorização Diagramas de Venn Imagens melhoradas Visão Mapeamento da localidade Entrevistas semi-estruturadas Entrevistas com informantes-chave Exercícios de classificação	Pesquisas de conhecimento, prática e cobertura. Testes padronizados Instrumentos de observação padronizados Medições antropométricas

#### Fontes de Verificação

As fontes de verificação devem estar diretamente atreladas a cada um dos indicadores em todos os níveis presentes no marco lógico do projeto. As fontes de verificação são muitas vezes controles rotineiros que podem ser executados pela própria equipe do projeto sob supervisão do gestor, são as "provas" de que as ações foram feitas e que os

indicadores gerados são aqueles mesmos. De maneira geral são documentos internos ou externos ao projeto como por exemplo:

- Diário de atividades, registro de presença em atividades e eventos;
- Formulários mais bem estruturados de controle criados pela equipe;
- Documentos de controle de metas iniciais;
- Arquivos de produção de material técnico ou de comunicação;
- Relatórios periódicos, fotos e outros registros audiovisuais;
- Gravações ou publicações por veículos midiáticos ou canais oficiais;
- Pesquisas estatísticas/amostragem planejadas e/ou encomendadas;
- Documentos oficiais para avaliar grau de inserção da incidência nas políticas públicas.

## Exemplo

RESULTADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE	META	FONTE DE VERIFICAÇÃO
- Tomadores de decisão subsidiados e impacto na sociedade por meio de pesquisas, campanhas de conscientização e pressão popular; - Debate público subsidiado com opiniões na imprensa e materiais em redes sociais.	- Número e grau de aceitação dos nossos subsídios utilizados pelos tomadores de decisão; - Número de matérias publicadas na imprensa com nossos subsídios.	- <b>3</b> proposições aceitas <b>parcialmente</b> por semestre; - <b>2</b> inserções na imprensa por semana.	- <b>5</b> proposições aceitas <b>integralmente</b> por semestre; - <b>5</b> inserções na imprensa por semana.	- Gravações e atas de reunião; - Comparação de documentos oficiais com nossos documentos; - Website e publicações de imprensa

# Relatórios narrativos

---

A apresentação dos relatórios narrativos deve prestar contas da execução do que foi apresentado no projeto inicial da instituição, seja a proposta enviada ao financiador ou o planejamento interno da organização. Isso nos permite comprovar, através de um fio condutor descritivo de toda atuação da organização, a capacidade de influenciar direta e indiretamente a garantia do direito à educação no país. Para isso, nos relatórios devem estar presentes os seguintes itens:

1. **Descrição das atividades realizadas** contendo data, local, ocasião em que aconteceu, participantes, duração e demais informações relevantes sobre a atividade. Podem ser acrescentadas fotos das atividades ou links de transmissão, caso haja.

2. **Apresentação dos resultados e produtos** que resultaram das atividades descritas. Eles incluem produtos, bens, serviços e outros elementos concretos criados ou produzidos pelo projeto, que agregam e contribuem para atingir os objetivos do projeto.

*Exemplos: documentos publicados, pessoas treinadas, legislação produzida, políticas públicas implementadas etc.*

3. **Indicação dos objetivos** que se esperava alcançar e que foram alcançados com cada atividade no nível dos beneficiários e que contribuem com as mudanças do nível populacional, agregando e promovendo o alcance dos impactos com o tempo.

*Exemplos: documentos publicados com o objetivo de aumentar a informação da população sobre o direito à educação; pessoas treinadas para fazer advocacia junto ao governo; legislação produzida que determine aumento de investimentos em educação pública; políticas públicas implementadas para fornecer transporte e alimentação escolar etc*

**4. Mensuração dos Impactos**, que são o nível mais alto desejado de objetivos finais para o qual o projeto contribui. São muito importantes de estarem presentes nos relatórios, mas nem sempre são fáceis de identificar. É preciso monitorar os resultados das atividades e as pessoas envolvidas para conseguir identificar os impactos produzidos pela organização, ou seja, as mudanças na realidade social que aquele projeto produziu.

*Exemplos: os documentos publicados com o objetivo de aumentar a informação da população sobre o direito à educação alcançaram uma quantidade de pessoas que utilizou esse material para fazer reivindicações que geraram as mudanças XXXX no sistema educacional; as pessoas treinadas para fazer advocacia conseguiram convencer o governo a tomar as XXXX ações para garantir o direito à educação; a legislação produzida mudou positivamente os aspectos XXXX do sistema educacional; as políticas públicas implementadas para fornecer transporte e alimentação escolar contribuíram para aumentar o acesso e a permanência de estudantes nas escolas etc.*

É importante que a descrição dos itens acima esteja detalhada para cada objetivo específico apresentado no projeto inicial. Dessa maneira, fica mais fácil para a organização e o financiador identificarem os progressos específicos e também os pontos que precisam de atenção. Outra informação apreciada nos relatórios é a descrição das dificuldades encontradas durante a execução do projeto e como elas foram contornadas, gerando aprendizado para a equipe envolvida.

A apresentação dos resultados e impactos deve considerar os avanços obtidos com o projeto em comparação à situação antes do início do projeto. Eventuais falhas de execução ou objetivos não atingidos devem ser justificados com detalhes. Da mesma forma, é possível que haja resultados e desdobramentos que não tenham sido identificados inicialmente e também precisam ser descritos.

Para evitar a sobrecarga da equipe nas datas próximas ao prazo de entrega do relatório ao financiador, bem como para garantir o fornecimento de informações precisas e completas acerca do projeto, é recomendável que a organização mantenha registro das atividades, resultados e impactos continuamente. Esse registro pode ser feito no

formato de um relatório geral da organização, que contenha além das informações relacionadas às atividades, também os registros fotográficos, links de gravações, matérias e publicações.

---

## *Exemplo*

---

### **Relatório da Campanha Brasileira pelo Direito à Educação referente à atuação na construção do novo Plano Nacional de Educação (PNE)**

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um instrumento de planejamento de médio e longo prazo, estabelecido pelo governo federal brasileiro, que define metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no país. Ele é elaborado a cada 10 anos e visa orientar as políticas educacionais, buscando a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, desde a educação básica até o ensino superior. O atual Plano termina sua vigência este ano.

A importância do PNE reside no fato de ser um documento que estabelece diretrizes e metas para o setor educacional, alinhando as ações dos governos federal, estaduais e municipais em um esforço conjunto para promover avanços significativos na educação. O PNE abrange diversas áreas, como a valorização dos profissionais da educação, a ampliação do acesso à educação básica e superior, a melhoria da infraestrutura das escolas, a promoção da inclusão e equidade, entre outros aspectos.

A Campanha Brasileira pelo Direito à Educação está participando da formulação do novo PNE e participou dos preparativos para a Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2024, que aconteceu entre 28 e 30 de janeiro de 2024 em caráter deliberativo, e apresentou um conjunto de propostas para subsidiar a discussão e a implementação do novo PNE. A CONAE é presidida pela coordenação do Fórum Nacional de Educação (FNE) e organizada pelas Comissões Especiais do FNE, com apoio técnico, administrativo e financeiro do Ministério da Educação (MEC).

A [Campanha tem representação no FNE em cadeira titular](#), na figura de sua coordenadora geral, Andressa Pellanda, que participa da Comissão de Monitoramento e Sistematização do Fórum e está em sua relatoria, tendo construído o [Documento Referência da Conferência](#), aprovado em 9 de outubro. O documento referência, contendo as pautas defendidas pela Campanha, foi para as etapas subnacionais. Em incidência como relatora da Comissão de Monitoramento e Sistematização do Fórum Nacional de Educação para construção do tema e dos eixos da CONAE 2023/2024, Andressa garantiu, além de qualificação em todo o texto com inclusão de tudo o que defendemos, a construção de um eixo novo, focado em justiça climática e desenvolvimento sustentável: [Eixo VII - A Educação comprometida com a preservação da vida no planeta, no enfrentamento à pobreza, com a justiça social, com a proteção da biodiversidade, com o desenvolvimento socioambiental sustentável.](#)

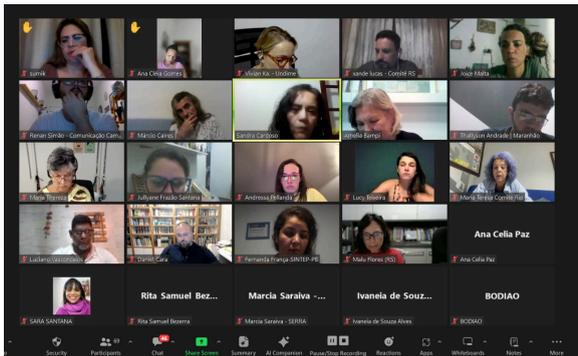


Em outubro, aconteceu o **11º Encontro Nacional da Campanha** com o tema "Desafios e oportunidades para o direito à educação no Brasil: Rumo ao novo PNE! Sem retrocessos e



com ousadia!", em Salvador (BA). Os debates tiveram como objetivo fortalecer a articulação de centenas de entidades da Rede da Campanha, de todas as unidades da federação, em prol da participação no

ciclo da Conferência Nacional de Educação (Conae 2024).



A Coordenação Geral da Campanha elaborou estratégias de atuação para os Comitês Regionais participarem das etapas municipal e estadual da Conae. Houve a produção de um caderno de emendas, distribuído a todos os Comitês, e reuniões de orientação para a rede, com

identificação de estratégias de sucesso e dificuldades. Nossa articulação com os Comitês Regionais e aliados permitiu que chegássemos na etapa nacional com todas as nossas emendas substantivas aprovadas em mais de cinco estados, o que significa que elas não poderiam ser destacadas.

A etapa nacional da Conae aconteceu de 28 a 30 de janeiro na Universidade de Brasília (UnB), no Distrito Federal. No total, participaram do evento 1.846 delegados, sendo 140 (13%) oficialmente da delegação da Campanha. Além disso, tivemos grande influência sobre uma parcela significativa dos demais delegados, dada a importância da nossa rede expandida e capilaridade dos nossos Comitês Regionais.



No Eixo II, intitulado “A garantia do direito de todas as pessoas à educação de qualidade social, com acesso, permanência e conclusão, em todos os níveis, etapas e modalidades, nos diferentes contextos e territórios” e coordenado por Andressa Pellanda, Coordenadora Geral da Campanha, ficaram garantidas as revogações:

- Portarias e decretos que atentam contra o Custo Aluno-Qualidade Inicial/Custo Aluno-Qualidade (CAQi/CAQ);
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017).

Como propostas para substituir as revogações com novas políticas, ficaram previstas:

- Para o Ensino Médio: a construção de uma proposta contemplando a participação de estudantes, comunidades, professores e representantes sindicais. A Campanha defende o PL 2.601/2023 e sugere melhorias no PL 5.230/2023, do governo federal;
- Para a formação de docentes: a retomada das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e, para a Formação Continuada, aprovadas pela Resolução CNE/ CP nº 2, de 1º de julho de 2015;
- No caso do CAQi/CAQ: a implementação como previsto na Lei 13.005/2014, e aprovado na EC 108/2020.

Destacamos ainda a aprovação de propostas em outros Eixos, mantendo o perfil ousado das metas e estratégias do PNE, e evitando retrocessos. Algumas delas:

- Investimento de 10% do PIB em educação;
- Universalização do atendimento à pré-escola a partir dos 4 anos;
- Educação de tempo integral, com jornada diária de sete horas, para pelo menos 50% dos estudantes;
- Triplicar matrículas da educação profissionalizante no Ensino Médio.

Os esforços e o trabalho desde a reconstituição do Fórum Nacional de Educação (FNE), especialmente na relatoria do Eixo II liderada por Andressa Pellanda, juntamente com a

elaboração e consenso de estratégias durante o Encontro Nacional da Campanha e diversas reuniões online, somados à ativa participação dos Comitês Regionais nas etapas subnacionais da Conae, resultaram na inclusão no texto referência das emendas produzidas pela Campanha, as quais foram aprovadas em mais de cinco estados, o que significa que seriam incorporadas pelo FNE para o documento final como recomendação para aprovação final.

Na etapa nacional, a articulação estratégica da nossa delegação, com garantia de representação em todos eixos de uma quantidade expressiva de delegados, bem como de lideranças nos diferentes temas, capazes de defender as posições da Campanha, garantiu a aprovação de todas as nossas pautas já durante as plenárias de eixo. Fomos para a plenária final com majoritariamente todas as nossas emendas aprovadas em sua integralidade. Esse conjunto de ações culminou na aprovação do documento final da Conae, que incorpora integralmente nossas pautas e reivindicações e esperamos ser a base do texto a ser produzido pelo Ministério da Educação (MEC) e enviado como projeto de Lei do novo PNE ao Congresso Nacional para apreciação e votação.

Esses resultados expressivos são também fruto do fortalecimento dos comitês regionais e do trabalho da coordenação geral da Campanha no FNE. A articulação eficiente desses comitês também será essencial na próxima etapa, que consiste em pressionar o Ministério da Educação para incorporar nossas demandas no projeto de lei enviado ao Congresso, e também para influenciar os parlamentares de cada estado a votar a favor de nossas pautas.

No entanto, o atual Ministério da Educação, bem como outras instâncias do governo, se encontram fortemente sob a influência de agendas de reformas de Estado e de políticas vinculadas a uma perspectiva restrita do direito à educação, e esse é justamente o segundo desafio que temos enfrentado. Como defensores da educação como um direito pleno, para a formação integral, para a cidadania e crítica para o trabalho, a nossa atuação se contrapõe às agendas que pretensamente defendem pautas da educação, como educação integral e alfabetização, mas com o intuito de expandir a privatização, manter as desigualdades e o *status quo social* e construir um modelo educacional que não garante a formação plena e emancipatória dos sujeitos, mas que forma para mão-de-obra

tecnicista e precarizada. Essas agendas também defendem, por exemplo, a inserção da tecnologia no campo educacional, como fim e não como ferramenta pedagógica, que deve ser utilizada com regulação, segurança, proteção de dados e sob uma ótica crítica.

Para enfrentar essas dificuldades, temos fortalecido alianças com organizações alinhadas, por meio de atuação conjunta na incidência política ou na produção de conhecimento. Outra estratégia tem sido o aumento da legitimidade conquistada a partir da nossa intensa atuação em pautas aglutinadoras, como foi a aprovação do novo Fundeb em 2020 e agora na incidência na Conae e na construção do novo Plano Nacional de Educação (PNE). Essa legitimidade e atuação colaborativa, especialmente no âmbito do FNE, têm aumentado nossa visibilidade e força políticas e fortalecido a parceria com entidades vinculadas à base governista, permitindo o arrefecimento dos ânimos, a construção democrática e diplomática, e contribuindo para esforços conjuntos pelas pautas progressistas.

